



Texto sobre política e estratégia de defesa vai à promulgação



Marcos Oliveira/Agência Senado

Projeto foi apresentado como conclusão do relatório da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência, elaborado a partir de proposta do Executivo

Novas diretrizes para a Política Nacional de Defesa e para a Estratégia Nacional de Defesa foram ontem aprovadas em Plenário. A proposta também atualiza o Livro Branco da Defesa Nacional e agora vai à promulgação.

A Política Nacional de Defesa fixa 28 posicionamentos para o país na área, entre eles o apoio ao multilateralismo nas relações internacionais, a defesa do uso sustentável dos recursos ambientais, o respeito à soberania de cada país, a promoção da autonomia produtiva e tecnológica e o estímulo ao envolvimento de toda a sociedade brasileira em assuntos de defesa.

A Política Nacional de Defesa é o documento de mais alto nível do país em questões de defesa. A estratégia define as medidas necessárias para realizar os objetivos previstos na política. Já o Livro Branco divulga à sociedade as informações públicas relacionadas ao setor. **3**

Diretrizes fixam 81 ações de defesa e 28 posicionamentos para o Brasil, como o apoio ao multilateralismo e a busca da sustentabilidade

Onze obras podem sofrer bloqueio de recursos no país

O relatório que recomenda o bloqueio de recursos para 11 empreendimentos construídos, no todo ou em parte, com recursos federais deve ser analisado pela Comissão Mista de Orçamento. Entre as obras, estão BRT em Palmas, Ferrovia Transnordestina, trecho da BR-040 na serra de Petrópolis e trecho de corredor de ônibus na cidade de São Paulo. **4**

Comissão aprova projeto da Lei Orçamentária Anual para 2019

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem o projeto da Lei Orçamentária Anual para 2019, primeiro ano da gestão do presidente eleito, Jair Bolsonaro. A aprovação abre caminho para a votação do orçamento no Plenário do Congresso, prevista para a semana que vem.

O relatório do senador

Waldemir Moka prevê aumento do PIB de 2,5%, inflação de 4,25% e juros de 8%. A taxa do dólar é estimada em R\$ 3,66 e o déficit nas contas públicas deve chegar a R\$ 139 bilhões.

O salário mínimo terá reajuste de 5,45% a partir de 1º de janeiro, passando a valer R\$ 1.006. **5**

A aprovação do Orçamento de 2019 pela comissão abre caminho para a votação no Plenário do Congresso



Roque de Sá/Agência Senado

Brasil antecipa meta de redução de emissões prevista para 2020

O Brasil conseguiu atingir este ano a meta de redução de emissões de gases poluentes prevista para 2020. A antecipação foi anunciada pelo ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, durante a COP-24, a conferência da ONU sobre o clima que está sendo realizada em Katowice, na Polônia.

Mesmo com a conquista, senadores demonstram receio com o futuro do Brasil na área de meio ambiente. Eles temem que a linha de atuação do país seja revertida, dependendo da posição adotada pelo novo governo. Em agosto, o país superou a meta de emissões de gases prevista apenas para 2020. **7**

Brasil apresentou bons números na COP-24, mas senadores temem pela continuidade do protagonismo do país

Audiência crítica atuação da Justiça sobre fake news

Participantes de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos criticaram ontem instituições que teriam como missão coibir fake news durante o período eleitoral e não o fizeram. Segundo a jornalista Bia Barbosa, do Coletivo Intervezes, a omissão teria ocorrido por parte do Tribunal Superior Eleitoral e do Ministério Público Eleitoral. **6**



James Dowson/UN Climate Change

Indicação política para estatal não deve avançar **4**

Verba de loteria irá para fundo de segurança **2**

Acordo cria centro cultural para os três Poderes **2**

Debate: Lei Maria da Penha precisa ser cumprida **8**

Indicados para conselhos passarão por sabatina **4**

Eunício assina acordo para centro cultural dos Poderes

Às margens do Lago Paranoá, em Brasília, a antiga sede do Clube do Servidor vai abrigar as instalações do espaço, que será destinado a preservar a memória do Legislativo, do Judiciário e do Executivo

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, participou ontem de cerimônia de assinatura do acordo de cooperação para a criação do Centro Cultural dos Poderes da República, realizada no gabinete da Presidência do Senado.

Além de Eunício, assinaram o convênio o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Ronaldo Fonseca, representando o presidente da República, Michel Temer, o deputado Cleber Verde (PRB-MA), representando o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e a presidente-substituta do Instituto Brasileiro de Museus, Eneida Braga Rocha de Lemos.

Eunício relembrou o incêndio que destruiu o Museu Nacional do Rio de Janeiro, no

dia 2 de setembro, e destacou a alegria que sentiu ao saber que o documento original da Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel, estava no Senado totalmente preservado, ao contrário das notícias divulgadas pela imprensa, que alegavam que o documento havia sido consumido pelo fogo.

Eunício ressaltou também a importância da cooperação, da harmonia e da independência entre os três Poderes da República para a preservação da cultura nacional.

— A assinatura desse convênio, com absoluta certeza, vai entrar para a história como a junção dos três Poderes da República na defesa da cultura nacional. Que esse empreendimento sirva de lição para que os brasileiros possam preservar tudo aquilo

que for do interesse da nossa história, do nosso Brasil.

Ronaldo Fonseca destacou que o Centro Cultural vai enaltecer a cidadania e a democracia.

— Nós sabemos que uma nação se torna maior ainda e mais relevante, quando ela registra, preserva, conta e aprende com a sua história — disse.

Revitalização

O Centro Cultural dos Poderes da República vai recuperar uma área que está totalmente degradada pelo tempo e pelo vandalismo, onde funcionava o Clube dos Servidores, na Avenida L4 Norte, em Brasília. O terreno de 80 mil metros quadrados foi cedido pela Secretaria de Patrimônio da União ao Senado Federal.

— A população de Brasília deve se perguntar há muito tempo, e não só a de Brasília, os que passam ali, que destinação seria dada a esse belíssimo clube. Agora saberão que o clube poderá ser frequentado por qualquer cidadão, qualquer um que terá oportunidade de visitar mostras culturais e conhecer parte desse importante acervo cultural dos três Poderes — disse o ministro Dias Toffoli, representando o Judiciário.



Dias Toffoli, Eunício Oliveira e Cleber Verde assinam acordo que cria o espaço

Lei destina verba de loterias a fundo de segurança

Foi sancionada e publicada no *Diário Oficial da União* de ontem a Lei 13.756, que destina parte dos recursos arrecadados com as loterias esportivas e federais para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). O texto reformula o financiamento de diversos setores a partir da verba das loterias.

A nova lei tem origem na Medida Provisória 846/2018, a chamada MP das Loterias, aprovada no Senado em 21 de novembro. O texto havia sido editado em agosto como uma nova versão da MP 841/2018, que perdeu a validade. O novo texto surgiu de uma articulação dos Ministérios da Cultura e do Esporte, uma vez que a medida anterior diminuía os repasses para essas áreas para aumentar os recursos do FNSP.

Dos recursos arrecadados com as loterias esportivas, o texto estabelece a transferência para o fundo de 11,49% neste ano e de 2% a partir de 2019. O FNSP receberá 5% dos recursos das loterias federais

em 2018 e 2,22% a partir do ano que vem. Já para o Fundo Nacional de Cultura (FNC), a transferência será de 1% dos recursos das loterias esportivas. Dos recursos das loterias federais, a cultura vai receber 0,5% a partir do ano que vem. O FNC receberá 0,4% dos recursos da Lotex.

A lei estabelece que a participação do Ministério do Esporte na arrecadação das loterias esportivas será de 10% em 2018, caindo para 3,1% a partir de 2019. A cota do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) foi fixada em 1,63%, enquanto o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) ficou com 0,96% dos recursos das loterias esportivas. Será destinado aos prêmios dessas loterias o valor referente a 37,61% até o final de 2018 e 55% a partir do ano que vem.

O governo prevê que haverá o repasse anual de cerca de R\$ 1 bilhão para a segurança, R\$ 630 milhões para o esporte e R\$ 443 milhões para a cultura. O relator da MP foi Flexa

Ribeiro (PSDB-PA). Ele disse que as mudanças tornam a proposta ainda mais avançada.

Os recursos do FNSP não poderão ser contingenciados. O fundo deverá destinar no mínimo 50% da sua reserva para os estados e municípios. No caso dos estados, se houver um fundo específico para a unidade da Federação, a verba poderá ser encaminhada sem passar pelo Tesouro.

Outro acréscimo foi a garantia de que entre 10% e 15% do FNSP deverão financiar programas habitacionais para os profissionais de segurança.

A medida beneficia três entidades: a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), a Cruz Vermelha e a Federação Nacional das Associações Pestalozzi.

O texto trata ainda de percentuais de distribuição da arrecadação da loteria de prognóstico específico, beneficiando a segurança, a saúde e o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Fátima Bezerra renuncia para assumir governo potiguar

Fátima Bezerra (PT-RN) anunciou ontem, por meio de ofício ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, que renunciará ao mandato a partir do dia 1º de janeiro de 2019. Ela foi eleita governadora do Rio Grande Norte e assumirá o comando do estado.

Com a renúncia de Fátima, a vaga no Senado ficará com Jean-Paul Prates (PT-RN), primeiro suplente da chapa

pela qual a senadora foi eleita em 2015.

O ofício foi lido na sessão plenária por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). No documento, Fátima afirma que deixa a Casa “levando a memória da democrática convivência com os parlamentares e com a certeza de ter atendido às expectativas de milhares de norte-rio-grandenses que a elegeram senadora em 2014.”



Fátima Bezerra diz que atendeu expectativa dos eleitores do estado

Sala do cafezinho homenageará senador Luiz Henrique da Silveira

O espaço conhecido como Cafezinho dos Senadores passará a ser denominado Sala Senador Luiz Henrique da Silveira, em homenagem ao político catarinense. É o que prevê o projeto de resolução do Senado aprovado ontem no Plenário. A proposta segue para promulgação.

Luiz Henrique da Silveira foi duas vezes deputado federal, prefeito de Joinville (SC), ministro da Ciência e da Tecnologia no governo de José Sarney, governador por duas vezes de Santa Catarina e exerceu o cargo de senador até sua morte, em 2015.

O projeto (PRS 50/2018), é de Paulo Bauer (PSDB-SC). No Plenário, Dário Berger (MDB-SC) leu o parecer da Comissão de Educação,

Cultura e Esporte (CE). Nele, Dário afirmou que “não há espaço que melhor represente a sua memória, local fértil para o surgimento de conversas, de convivência frutífera e do fortalecimento da amizade entre os parlamentares”.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, elogiou a iniciativa.

— Luiz Henrique merece todas as nossas homenagens pela sua história de vida pessoal e de vida política — afirmou.

O Cafezinho dos Senadores é um espaço localizado no Salão Azul do Senado, em que os parlamentares têm conversas informais e também articulam a pauta de votações. O local funciona todos os dias.

AGENDA A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

PLENÁRIO Sessão não deliberativa
9h Pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa.
Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **PLENÁRIO**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **COMISSÕES**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

Alexandre Montini/Min. Defesa



Assegurar a capacidade de defesa, visando cumprir as missões constitucionais das Forças Armadas, é um dos itens

Aprovado texto de política e estratégia de defesa do país

Novas diretrizes fixam 28 posicionamentos para o Brasil, como o respeito à soberania de cada país, o apoio ao multilateralismo nas relações internacionais e a defesa do uso sustentável de recursos naturais

O PLENÁRIO APROVOU o projeto que estabelece novas diretrizes para a Política Nacional de Defesa (PND) e para a Estratégia Nacional de Defesa (END). A proposta (PDS 137/2018), que agora será promulgada, também atualiza o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN).

A Política Nacional de Defesa fixa 28 posicionamentos para o país na área, entre eles o apoio ao multilateralismo nas relações internacionais, a defesa do uso sustentável dos recursos ambientais, o respeito à soberania de cada país e o estímulo ao envolvimento de toda a sociedade brasileira em assuntos de defesa.

Essa nova versão da PND estabelece oito Objetivos Nacionais Fundamentais, entre

eles garantir a soberania e o patrimônio nacional, assegurar a capacidade de defesa, visando ao cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas, salvaguardar os bens, recursos e interesses nacionais, contribuir para o incremento da projeção internacional do Brasil e promover a autonomia produtiva e tecnológica.

Ações

Já a Estratégia Nacional de Defesa apresenta 81 ações estratégicas, entre elas o fortalecimento da capacidade de dissuasão, o incremento da presença do Estado em todas as regiões do país, a atuação em organismos internacionais, a atuação com base no multilateralismo, a promoção

da cooperação internacional, a promoção da sustentabilidade da cadeia produtiva da base industrial de Defesa e o fortalecimento da área de ciência e tecnologia.

A Política Nacional de Defesa é o documento de mais alto nível do país em questões de Defesa. A Estratégia Nacional, por sua vez, determina as medidas necessárias para realizar os objetivos previstos na PND. Já o Livro Branco expõe à sociedade as informações públicas relacionadas ao setor.

O projeto foi apresentado como conclusão do relatório aprovado pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), após analisar a proposta da Presidência da República encaminhada ao Congresso.

Plenário debate análise de impacto para concessões

O projeto que inclui a Análise de Impacto Regulatório (AIR) em relatórios da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) passou ontem por uma etapa de discussão em Plenário. Esses relatórios tratam de projetos que possam afetar o equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessões e parcerias público-privadas.

Por estar sob regime de urgência, o projeto de resolução (PRS 52/2018) precisa receber em Plenário o parecer das Comissões Diretora e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O senador Armando Monteiro (PTB-PE) assumiu a relatoria pela CCJ.

— Na prática, a proposta cria um marco de segurança para o setor, porque é frequente que se promovam alterações nos marcos regulatórios e isso muitas vezes traz impactos negativos. É um aperfeiçoamento de algo que vai oferecer segurança jurídica, que é fundamental para estimular a participação de capitais privados nos



Marcos Oliveira/Agência Senado

Armando relata a proposta pela Comissão de Constituição e Justiça

investimentos e nos projetos de infraestrutura do país — explicou Armando.

De autoria da CI, o projeto altera o Regimento Interno do Senado para obrigar a inclusão do AIR nos relatórios de propostas produzidos por senadores da comissão. O objetivo é avaliar prováveis benefícios, custos, alternativas e efeitos da nova legislação, discriminando os principais agentes envolvidos e os efeitos distributivos dos projetos que atinjam o equilíbrio econômico-financeiro

de contratos de concessão ou de parcerias público-privadas (PPPs).

Tanto o texto principal do projeto quanto as emendas apresentadas deverão ser alvo da análise, que incluirá a hipótese de rejeição das propostas, se a manutenção da legislação vigente for mais recomendável.

Quando não houver subsídios suficientes para a realização da AIR, o relator encaminhará à Mesa do Senado requerimento para obtenção das informações que faltam.

Eunício: projeto de voto aberto para Mesa seguirá rito normal

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse ontem que o projeto de resolução do senador Lasier Martins (PSD-RS) que pede votação aberta para eleição do presidente da Casa precisa seguir todos os ritos previstos na Constituição e no Regimento Interno. O comentário de Eunício foi uma resposta à decisão de Lasier de protocolar mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para exigir voto aberto já no pleito de fevereiro, quando os senadores escolherão um novo nome para comandar a Casa.

— Eu não sou contra o voto aberto, mas eu não posso mudar o Regimento a cada solicitação — disse.

Eunício lembrou que encaminhou o projeto de Lasier (PRS 53/2018) — que também garante voto aberto nas eleições para a Mesa e para a presidência das comissões — para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde deve ser analisado.

— Depois a proposta vem para o Plenário se pronunciar. Não há nenhum impedimento por parte da Presidência.

O presidente do Senado afirmou que, como Lasier tem pressa, poderia ter apre-

sentado a proposta há mais tempo e não no final da atual legislatura.

— Podia ter feito isso dois ou três meses atrás.

Armando Monteiro (PTB-PE) e Paulo Rocha (PT-PA) defenderam o posicionamento do presidente do Senado.

Orçamento

Eunício ainda informou que, após a votação da Lei Orçamentária de 2019 pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), pretende pautar a votação final para uma sessão conjunta do Congresso entre terça e quinta-feira da próxima semana. Segundo ele, a data exata vai depender da votação de projetos já anteriormente pautados. Na sessão dessa quarta-feira, senadores e deputados aprovaram 13 projetos de lei. Outros quatro foram retirados e devem ser votados na próxima reunião.

— Fiz um acordo com o Plenário do Congresso para votarmos antes do Orçamento os projetos pendentes — disse.

Caso ocorra algum atraso na CMO, Eunício admitiu a possibilidade de convocar sessão do Congresso para a semana entre o Natal e o Ano-Novo.

Senado ratifica propostas de quatro acordos internacionais

O Plenário aprovou ontem projetos de decreto legislativo contendo textos de quatro acordos internacionais celebrados pelo Brasil. Os acordos seguem agora para promulgação.

Dois deles facilitam o intercâmbio de informações sobre questões tributárias: com a Suíça (PDS 179/2017) e com o Reino Unido (PDS 25/2018). Os textos preveem a troca de informações sigilosas por meio de solicitações para facilitar o combate a fraudes e evasões fiscais.

Os tratados de troca preservam o direito dos países de negar a informação caso a revelação viole leis internas. Os pedidos de informação pela parte interessada. Ambos os acordos respeitam a lei brasileira relativa aos sigilos bancário e fiscal.

Durante a tramitação dos projetos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senadores destacaram a importância das iniciativas e o fato de acordos desse tipo serem incentivados pelo G-20 e pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como forma de combater tam-

bém a sonegação de impostos e a lavagem de dinheiro.

Os outros dois projetos aprovados dizem respeito à União das Nações Sul-Americanas (Unasul). O PDS 32/2018 aprova o texto do estatuto do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (Ceed), órgão vinculado ao Conselho de Defesa Sul-Americano e que faz parte desde 2011 da Unasul.

A intenção do acordo é que, uma vez institucionalizado, o centro poderá contribuir para diretrizes comuns que permitam a articulação de políticas em matéria de defesa e segurança dos países sul-americanos.

O Brasil é parte da Unasul junto com as outras 11 nações soberanas do continente (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela). A sede do Ceed fica em Buenos Aires.

Também aprovado ontem, o PDS 32/2017 trata de um protocolo que exige o respeito dos princípios democráticos para um país ingressar ou permanecer na Unasul. O objetivo da exigência é proteger, defender e eventualmente restaurar a democracia nos países da América do Sul.

Comitê sugere bloqueio de recursos para obras

Relatório proposto por colegiado recomenda que empreendimentos nos quais foram apontadas irregularidades pelo TCU não recebam verbas da União até sanarem os problemas

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) deverá analisar um relatório que recomenda o bloqueio de recursos, em 2019, para 11 empreendimentos construídos, no todo ou em parte, com recursos federais.

O relatório foi elaborado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades (COI), que se reuniu ontem para fechar o texto. O COI integra a comissão, e é coordenado pelo deputado Covatti Filho (PP-RS).

Auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) apontaram nesses empreendimentos problemas como indícios de superfaturamento, sobrepreço, projeto deficiente e restrição à competitividade da licitação. A lei orçamentária possui um anexo específico (Anexo 6) listando as obras que não podem receber recursos durante o ano enquanto não forem sanados os problemas.

Em termos práticos, a inclusão de um projeto no Anexo 6 não significa a paralisação do

canteiro de obras. Depende de cada caso. É comum um projeto de grande porte envolver várias licitações, cada uma gerando contratos específicos. Os contratos que não estiverem no anexo podem ser executados normalmente. É o caso, por exemplo, das obras da BR-040, no Rio de Janeiro. O TCU questiona um termo aditivo, mas o contrato principal da obra não foi afetado.

O relatório do COI será analisado na CMO antes da votação do relatório final da proposta de lei orçamentária de 2019. O colegiado poderá aprovar o texto ou retirar algum empreendimento citado pelo comitê.

Empreendimentos

Das 11 obras, seis foram incluídas na lei orçamentária deste ano pelo Congresso — ou seja, começaram 2018 com recursos bloqueados. São elas: implantação do BRT em Palmas, trechos de corredor de ônibus na cidade de São Paulo, implantação de



Transnordestina: recomendação de bloqueio total de recursos, não apenas nos contratos fiscalizados pelo TCU

novo trecho da BR-040 para a subida da serra de Petrópolis (RJ), ampliação da capacidade de rodovia no Rio Grande do Sul e construção da Ferrovia Transnordestina.

Sobre a Transnordestina, o comitê recomendou o bloqueio de qualquer recurso, a qualquer título, para a ferrovia, e não apenas nos contratos fiscalizados pelo TCU.

No caso da BR-116, o comitê afirma que o dano vai além da questão econômica, pois há possibilidade de o trecho em execução colocar em risco a vida dos motoristas e passageiros pela baixa qualidade do serviço realizado. A fiscalização apontou que o que está sendo construído é diferente do que foi licitado pelo Dnit.

Já os contratos de empre-

endimentos de que o COI recomenda a paralisação em 2019 são: a adequação de trecho da BR-116, entre Bahia e Pernambuco, os corredores de ônibus Aricanduva (SP) e Capão Redondo-Vila Sônia, na cidade de São Paulo, e a construção dos Canais Adutores do Sertão Alagoano e Vertente Litorânea (PB).

Da Agência Câmara

Emenda libera indicações políticas para estatais

A emenda da Câmara que libera a indicação de políticos e seus parentes para estatais não deve prosperar no Senado, defende o relator do projeto, Antonio Anastasia (PSDB-MG). O relatório do senador na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre projeto do presidente do Casa, Eunício Oliveira, que regulamenta a atuação das

agências reguladoras, pede a rejeição da mudança feita pelos deputados.

Após a leitura do texto de Anastasia, a CCJ adiou a votação da proposta (SCD 10/2018). Segundo o presidente da comissão, Edison Lobão (MDB-MA), o projeto será o primeiro item da pauta na quarta-feira.

Aprovado pelo Senado em

2016, o texto original, PLS 52/2013, trata de uniformizar detalhes do funcionamento das agências reguladoras, como número de membros e mandatos. A proposta foi batizada de Lei Geral das Agências Reguladoras. Mas os deputados fizeram uma série de alterações no texto, inclusive para permitir a indicação de parentes até o terceiro grau de autoridades para o conselho de administração e para a diretoria de empresas estatais, o que está proibido desde 2016 pela Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei 1.303, de 2016).

— Uma das principais finalidades do projeto é justamente fortalecer a independência das agências reguladoras no que se refere ao risco de captura por meio de indicações político-partidárias — apontou o relator.

Indicados para CNJ e CNMP podem ser sabatinados semana que vem

As indicações de Maria Tereza Uille Gomes para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e de Otavio Luiz Rodrigues Junior para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) avançaram mais um passo ontem com a leitura dos relatórios na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ). Indicados pela Câmara na quarta-feira, os dois podem ser sabatinados na próxima semana pelos senadores.

Procuradora de Justiça do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes já ocupa uma cadeira no CNJ desde 2017 e pode ser reconduzida por indicação da Câmara dos Deputados. Ela já foi secretária de Justiça do Paraná e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da

Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e Administração Penitenciária (Consej), conforme destacou a relatora da indicação, senadora Simone Tebet (MDB-MS).

Ministério Público

Indicado para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) pela Câmara, Otavio Luiz Rodrigues Junior é professor da Universidade de São Paulo (USP) e já foi conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Também exerceu diversos cargos na estrutura da União como assessor de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), advogado-geral da União-adjunto, conforme listou o relator da indicação, senador Edison Lobão (MDB-MA).



Lobão (D) adiou a votação após a leitura do relatório de Anastasia

Berger incluiu em MP mudanças em traçados de parques nacionais

Relator da medida provisória que transfere imóveis do INSS para a União, Dário Berger (MDB-SC) disse que incluiu no relatório da MP 852/2018 emendas que mudam o traçado de parques, como o Parque Nacional dos Guararapes (PE), o de São Joaquim (SC) e o



de Brasília, além da Floresta Nacional de Brasília para beneficiar a população de baixa renda.

— Entre deixar o governo satisfeito [rejeitando as emendas] e prejudicar a população que vive no entorno dessas regiões, preferi enfrentar o problema com coragem.

Guaracy Silveira defende presídios menores para recuperar detentos

Guaracy Silveira (DC-TO) criticou o sistema prisional do país, que, segundo ele, “virou um quartel de bandidos ou uma fábrica, uma linha de montagem de bandidos”. O senador defendeu a construção de presídios menores, com capacidade máxima de 100 pes-



soas, para que possa haver um trabalho efetivo de recuperação dos presidiários. Guaracy informou que apresentou projeto com esse objetivo, pois, segundo ele, o índice de recuperação é menor que 10%, enquanto os outros 90% voltam a ofender a lei.

Gladson se despede do Senado para assumir o governo do Acre

Governador eleito do Acre, Gladson Cameli (PP) subiu à tribuna ontem para despedir-se da Casa e agradecer aos eleitores e aos parlamentares. Ele fez um balanço de sua atividade no Legislativo e mencionou suas atividades nas comissões temáticas



e junto aos habitantes de seu estado.

— Nunca fui um senador apenas de gabinete.

Estive presente no meu estado sempre, levando os recursos necessários para o desenvolvimento, brigando para que as obras necessárias fossem realizadas.

Orçamento prevê 2,5% de crescimento e vai a Plenário

Projeto orçamentário para 2019 foi aprovado ontem na Comissão Mista de Orçamento e deve ser analisado em reunião do Congresso na semana que vem

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório final do senador Waldemir Moka (MDB-MS) ao projeto da lei orçamentária de 2019.

O texto (PLN 27/2018) será analisado na semana que vem no Plenário do Congresso. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, ainda vai marcar a data da votação.

O parecer aprovado traz duas novidades. Primeiro, amplia em R\$ 600 milhões os recursos para o custeio da saúde. O dinheiro será usado pelo Ministério da Saúde para bancar o reajuste dos agentes comunitários e dos agentes de endemias, previsto na Lei 13.708.

A lei foi sancionada pelo presidente Michel Temer em agosto com veto ao aumento salarial. Poucos dias após a sanção, o governo enviou a proposta orçamentária à comissão sem a previsão de despesa para o aumento. Mas o veto foi derrubado pelo Congresso em outubro e houve a necessidade de adequar a proposta à despesa salarial, que, por ser prevista em lei, é de caráter obrigatório.

— Como foi o Congresso que criou essa despesa, achei que comissão tinha que oferecer uma saída — afirmou Moka.

O piso atual dos agentes é de R\$ 1.014 e passará a ser de R\$ 1.250 a partir de janeiro. O Ministério da Saúde afirma que o impacto do aumento será de R\$ 1 bilhão. Os recursos disponibilizados pelo relator-geral garantem parte do impacto no próximo ano.

Bolsa Família

A segunda novidade do relatório final é a retirada de R\$ 9,3 bilhões do programa Bolsa Família que estavam na proposta enviada pelo governo como despesa condicionada. Os gastos só seriam realizados após o Congresso aprovar, no próximo ano, um projeto de crédito suplementar.

Pela proposta orçamentária, dos R\$ 29,5 bilhões reservados para o Bolsa Família, 49,9% estavam em despesa condicionada. A medida foi criticada no Congresso, que temeu a fragilização do programa social.

O Bolsa Família atenderá 13,6 milhões de famílias em 2019. Com o relatório final, restaram apenas R\$ 6,5 bilhões



Relatório de Waldemir Moka prevê salário mínimo de R\$1.006 para 2019

como despesa condicionada. O resto está garantido no orçamento e poderá ser executado de imediato. Caso queira reforçar o programa com esse valor, o governo Jair Bolsonaro terá que enviar um projeto de crédito.

Reajustes

O relatório final mantém os recursos para bancar o reajuste de 209 mil servidores civis ativos e 163 mil inativos do Executivo em 2019.

Os aumentos estão previstos em oito leis de 2016 e 2017. Apesar de o governo ter editado uma medida provisória (MP 849/2018) postergando os aumentos, a proposta orçamentária foi elaborada com valores necessários para a correção salarial.

O texto prevê salário mínimo de R\$ 1.006 a partir de 1º de janeiro (aumento de 5,45% sobre o atual) e mantém R\$ 3,7 bilhões para o Programa Mais Médicos, alvo recente de polêmica após o governo cubano repatriar os médicos que atendiam no Brasil.

Entre os ministérios, três tiveram reforço orçamentário em relação aos demais: Desenvolvimento Social (R\$ 8,7 bilhões a mais), Saúde (R\$ 3 bilhões) e Cidades (R\$ 1,4 bilhão). Os aumentos decorrem das emendas apresentadas por deputados e senadores ao projeto orçamentário e focam investimentos e custeio nessas pastas.

Dificuldades

O texto foi elaborado com uma meta de déficit primário de R\$ 139 bilhões para o governo federal, determinado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Para as estatais, que são contabilizadas à parte, a meta de déficit esperada no próximo ano é de R\$ 3,5 bilhões.

Emendas ao Orçamento

Senadores e deputados fizeram **9.379** emendas

que somam **R\$ 13,7** bilhões

A saúde receberá **R\$ 117** bilhões

E a educação, **R\$ 101,3** bilhões

Economia em 2019

2,5% de crescimento

4,25% de inflação

8% de taxa básica de juros

Salário mínimo **R\$ 1.006**

Dólar **R\$ 3,66**

Deficit público **R\$ 139** bilhões

Se os números se confirmarem em 2019, será o sexto ano seguido que o país convive com despesas acima das receitas. Durante a reunião da CMO, alguns parlamentares elogiaram a capacidade de negociação de Moka e alertaram para a dificuldade que o governo Bolsonaro terá para lidar com um orçamento deficitário, com elevadas despesas obrigatórias e investimentos em baixa. São R\$ 155,8 bilhões, entre recursos aplicados por estatais e por outros órgãos públicos, valor inferior ao autorizado para este ano (R\$ 175,1 bilhões).

Para o líder do governo na comissão mista, deputado Claudio Cajado (PP-BA), Bolsonaro terá “extrema dificuldade”.

O Parlamento entra em recesso a partir do dia 23. O presidente da CMO, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), afirmou que acredita na votação da proposta pelo Congresso na próxima semana.

— Não trabalhamos com a hipótese de não se votar — disse.

Da Agência Câmara

MP autoriza 100% de capital estrangeiro em empresa aérea

O presidente da República, Michel Temer, assinou ontem medida provisória que eleva de 20% para 100% o limite de participação estrangeira em companhias aéreas. O limite atual de 20% é determinado pelo Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA, Lei 7.565, de 1986). O texto foi publicado em edição extra do *Diário Oficial da União* e será remetido ao Congresso para análise.

O CBA determina que a concessão para exploração de serviços aéreos públicos somente será dada para companhia com sede no Brasil, com direção exclusivamente brasileira e com 80% do capital social nas mãos de brasileiros. Todas essas exigências são revogadas pela MP. Também foram revogados dispositivos do código que tratam de atos constitutivos das empresas de aviação.

De acordo com o governo, o Brasil está entre os países com maior nível de “aversão ao investimento estrangeiro” no transporte aéreo. Entre nações sul-americanas, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai já não impõem limites ao investimento estrangeiro no setor.

No ano passado o governo enviou à Câmara projeto que permite o controle acionário total de empresas aéreas nacionais por capital estrangeiro se a sede for no país (PL 7.425/2017). A proposta também transforma o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) em Agência Brasileira de Promoção do Turismo. O texto ainda aguarda votação nas comissões da Câmara.

A liberação do mercado aéreo para estrangeiros foi debatida pelo Congresso Nacional em 2016. Em março daquele ano, a então presidente da República, Dilma Rousseff, assinou medida provisória que, entre outros pontos, elevava o capital estrangeiro nas empresas aéreas para 49% (MP 714/2016). Durante discussão na Câmara dos Deputados, o percentual subiu para 100%. Dilma assinou a MP um mês antes de ser afastada pela Câmara no processo de impeachment.

Diante do risco de derrota no Senado, onde a liberação do mercado aéreo não foi bem recebida, Michel Temer fez um acordo para vetar a parte sobre a elevação do capital estrangeiro. A solução foi uma alternativa para salvar a medida provisória, que continha outros pontos importantes para o governo, como o perdão de dívidas da Infraero com a União.

Tramitação

A medida provisória será votada em uma comissão mista, criada especialmente para esse fim. Com a proximidade do término do ano legislativo, em 22 de dezembro, a análise deverá ficar para 2019. O parecer aprovado na comissão mista será deliberado posteriormente pelos Plenários da Câmara e do Senado.

De acordo com a Constituição, o prazo de vigência de medidas provisórias é suspenso durante o recesso do Congresso, que acaba em 2 de fevereiro.

Com Agência Câmara

Em balanço, Cristovam defende federalização da educação do país

Cristovam Buarque (PPS-DF) fez um balanço do mandato e destacou sua luta em favor da educação de qualidade.

— Posso dizer que, dos 744 senadores eleitos no Brasil desde 1988, eu sou o campeão em leis: 21 leis. O segundo tem 17, é o senador Crivella [atual prefeito do Rio]. E, dos 1.544 eleitos desde 1946, eu sou o segundo. Então, eu vim aqui para fazer leis. Fiz — disse.

Ele reiterou que somente por meio da federalização a educação vai melhorar de forma consistente, pois na prática cada município tem seu microsistema, sofrendo com a falta de recursos.



Waldemir Buarque/Agência Senado

Reguffe anuncia emendas para saúde, educação e segurança

Reguffe (sem partido-DF) anunciou ontem em Plenário a destinação de R\$ 15,4 milhões a que tem direito em emendas parlamentares ao Orçamento de 2019 para as áreas de saúde, educação e segurança pública do Distrito Federal. Entre as destinações, estão R\$ 4 milhões para aquisição de equipamento hospitalar.

— As emendas parlamentares ao Orçamento têm caráter impositivo. Portanto, o governo é obrigado a executá-las. Isso aumenta ainda mais a importância e a responsabilidade que os parlamentares devem ter nas suas destinações — ponderou o senador.



Waldemir Buarque/Agência Senado

Debate: Justiça não coibiu *fake news* nas eleições

Participantes de audiência pública ontem disseram que instituições que deveriam combater notícias falsas se omitiram no processo eleitoral

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debateu ontem o poder que os esquemas de disseminação de notícias falsas e manipulação política alcançaram no Brasil, impactando a democracia. Os participantes criticaram algumas instituições que têm como missão coibir esses esquemas, mas foram omissas, especialmente durante o processo eleitoral.

A jornalista Bia Barbosa, do Coletivo Interozoes, de São Paulo, afirmou que o Brasil já tem mecanismos legais para combater estratégias de impulsionamento de conteúdo com base em notícias falsas nas redes sociais e na internet. No entanto, segundo ela, houve omissão por parte do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pelo Ministério Público Eleitoral (MPE).

— O Brasil tem leis para combater injúria, calúnia e difamação e tem a lei eleitoral (Lei 9.504, de 1997), com um artigo específico sobre disseminação de notícias falsas. E essa lei eleitoral também prevê uma série de questões sobre impulsionamento, uso de bancos de dados, uso de determinados perfis e compra de bancos de dados. Tudo isto foi flagrantemente desrespeitado, gerou uma investigação ainda em curso, mas não com a resposta eficaz visando combater a indústria da desinformação e das notícias falsas — disse a jornalista.

As plataformas de compartilhamento de conteúdo também foram criticadas.



Regina Sousa (C) comanda audiência pública sobre notícias falsas e manipulação política

Bia Barbosa lembrou que o Facebook fez uma parceria com agências de notícias, para que notícias falsas chegadas tivessem o alcance reduzido. No entanto, não houve transparência no trabalho, apontou.

— Quais são os dados das reduções desses alcances? Não há nenhuma transparência, há só uma declaração do Facebook. Agências de checagens apontaram com dados efetivos que algumas notícias desmentidas tiveram alcances estrondosos na véspera do segundo turno. O caso mais escandaloso é do WhatsApp, que se recusa sequer a debater com o TSE ou adotar medidas de combate ao impulsionamento de conteúdos falsos, que adotou em outros países.

A presidente da comissão, Regina Sousa (PT-PI), lembrou que também foi vítima de notícias falsas no último processo eleitoral, em que concorreu ao cargo de vice-governadora na chapa vitoriosa do governador piauiense Wellington Dias. Para a senadora, o

debate sobre manipulações políticas e notícias falsas passa por uma educação mais crítica da população.

— É impressionante o alcance e a força que as notícias falsas conseguem ter neste país. A impressão que dá é que falta um mínimo de senso crítico para muitas pessoas — disse Regina Sousa.

Desistência

A senadora reclamou que o Facebook, o Twitter e o WhatsApp, após uma longa negociação, concordaram em mandar representantes para a audiência, mas na última hora desistiram de participar.

Para o representante do Instituto Beta Internet e Democracia (Ibidem), Paulo Rená, o Ministério Público, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) não fiscalizam a neutralidade de rede, como determina o Marco Civil da Internet, o que contribui decisivamente no fortalecimento das estratégias de

disseminação de notícias falsas.

— Somos contra uma atuação exagerada, mas o que ocorreu foi atuação nenhuma, em casos muito evidentes em que a própria candidatura ecoava *fake news* e continuou ecoando, e isso não foi combatido. Não houve qualquer constrangimento por parte da Justiça Eleitoral, parece que houve uma postura de desinformar à respeito do perigo das notícias falsas — disse.

Perfis

Especialista em segurança de redes Aderbal Botelho, da empresa EDX, informou que tem trabalhado na coleta de perfis falsos que foram usados nas redes sociais durante o processo eleitoral. Ele informou que pelo menos 200 mil perfis foram criados sob identidades verdadeiras, com o objetivo de impedir o livre debate de propostas e ideias e, por meio da overdose de comentários, inviabilizar, na prática, a discussão em páginas específicas.

Outro especialista, Tiago Tavares, da ONG Safernet, apontou a prática disseminada de comentários pagos feitos por internautas, que estão presentes até em sites de agências de notícias. Tavares afirmou que o discurso de ódio transformou-se em arma política, e que isso se deu também porque “a internet no fundo é um espelho da sociedade”.

O sindicalista Luís Saraiva, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), afirmou crer que a inércia das instituições diante da manipulação se deu em um contexto relacionado ao processo de retirada de direitos da população mais pobre. Para ele, os processos manipulatórios favorecem grupos ligados à pauta da retirada de direitos.

Paulo Paim faz balanço e diz que encerrou um ciclo

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que encerrou um ciclo ao fazer um balanço de seus oito anos como senador e de sua vida também como deputado. Reeleito para mais um mandato, com uma trajetória parlamentar que poderá chegar a 40 anos, ele agradeceu ao povo do Rio Grande do Sul pela confiança e declarou que continuará a trabalhar pelo Brasil e pela democracia.

— Encerro um ciclo da minha vida e confesso que vivi, vivi esperando e continuarei esperando. Vivi mastigando as angústias e calando as injustiças.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Dever cumprido, diz Chaves em despedida

Em discurso de despedida no Plenário, o senador Pedro Chaves (PRB-MS), que tomou posse em maio de 2016 para substituir Delcídio do Amaral, disse que deixa a Casa com a sensação de dever cumprido. Chaves afirmou também que no Senado pôde contribuir para melhorar a vida dos sul-mato-grossenses e dos brasileiros. E disse que não deixará de atuar na política e na área social.

— Volto com a sensação do dever cumprido. Fiz tudo que foi possível e adianto que vou continuar trabalhando nos campos social e político.



Gerardo Magela/Agência Senado

Walter Pinheiro afirma ter prestado bom serviço

O senador Walter Pinheiro (sem partido-BA) disse ontem em Plenário que deixa o Legislativo de forma positiva, pois acredita ter prestado um bom serviço à nação nos seus 26 anos de atuação na Câmara e no Senado.

— Com 26 anos de mandato parlamentar, é importante ajudar o processo de renovação. Não estou velho, mas acho que posso efetivamente contribuir em outra frente. E posso também ajudar de diversas formas, como tenho feito lá no Executivo da Bahia. O Congresso foi uma grande escola — afirmou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Wellington registra 65 anos de Rondonópolis

Wellington Fagundes (PR-MT) destacou o aniversário de Rondonópolis (MT), que completou 65 anos de emancipação na segunda-feira. O município, explicou, tem a segunda maior economia de Mato Grosso, atrás apenas de Cuiabá, e alcançou, em 2018, uma população de 228.857 habitantes. É considerada o berço da agricultura mecanizada no estado, e uma das precursoras na agregação de valores à produção agrícola, a partir da industrialização de bens gerados no campo.

— Como filho dessa cidade, só tenho a agradecer — disse.



Gerardo Magela/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Brasil antecipa meta de redução de emissões

Governo anunciou na conferência sobre o clima, na Polônia, que o país atingiu o resultado esperado para 2020. Senadores temem posição do próximo governo sobre meio ambiente

Guilherme Oliveira, de Katowice na Polônia

O MINISTÉRIO DO Meio Ambiente aproveitou a COP-24 para anunciar os números mais recentes de emissões de gases poluentes pelo Brasil, referentes ao período de 2017 a 2018. O ministro Edson Duarte informou que o país não apenas cumpriu como antecipou sua meta nessa área, já atingindo o resultado esperado para 2020.

Apesar das conquistas, a comitiva de senadores que viajou para Katowice, na Polônia, demonstra receio com o futuro da atuação ambiental brasileira. Os parlamentares temem que a linha de atuação do país seja revertida, dependendo das posições a serem adotadas pelo próximo governo. Segundo o MMA, entre julho de 2017 e agosto de 2018 o Brasil conseguiu uma absorção de 1,28 bilhão de toneladas de gases causadores do efeito estufa. Com esse número, o país superou a redução de 38% das suas emissões desde 2005, meta esperada apenas para 2020.

Medidas de organização do uso da terra foram responsáveis pela absorção de 538 milhões de toneladas de carbono. Essas medidas incluem o estabelecimento de áreas de unidades de conservação, de áreas de preservação permanente e de reservas legais.

O número também tem a participação de propriedades privadas inscritas no Cadastro Ambiental Rural, que devem destinar parte do seu terreno à preservação ambiental. Mais de 90% dos imóveis do campo estão cadastrados.



Relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, Jorge Viana (2º à esq.) é um dos representantes do Brasil

— Estamos mostrando que o Brasil tem desafios sociais e econômicos, mas está fazendo a sua parte. Nosso país está trazendo o seu exemplo como o caminho a ser seguido pelas demais nações — afirmou Edson Duarte.

Perspectivas

Os senadores que participaram das atividades da COP-24 entendem que os resultados alcançados pelo Brasil refletem anos de esforços ambientais bem-sucedidos. No entanto, eles retornam a Brasília preocupados com a continuidade desse trabalho. Para os parlamentares, a política que deve ser adotada para o meio ambiente a partir de 2019 pode colocar em risco a participação brasileira na cooperação global.

— Estamos voltando para o Brasil com um certo pessimismo em relação à participação do nosso país. O Brasil é uma potência ambiental e parece

que está renunciando a isso — afirmou João Capiberibe (PSB-AP).

Lídice da Mata (PSB-BA) citou a desistência de sediar a COP-25 e as críticas dirigidas ao Acordo de Paris como sinais de que o governo eleito não pretende priorizar a temática ambiental ou reconhecer a importância de medidas frente às mudanças climáticas.

— [O presidente eleito] retira o protagonismo que o Brasil tem tido nesta temática, desde a Rio-92. O Brasil é um país que tem destaque na discussão e na conquista de metas — observou.

Convenção-Quadro

A Rio-92, ou Earth Summit, foi um evento da Organização das Nações Unidas (ONU) realizado no Rio de Janeiro em junho de 1992. Nele, chefes de Estado formalizaram a criação da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, órgão que passou a se reunir todos os

anos, desde 1995, nas Conferências das Partes – as COPs.

Relator da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), o senador Jorge Viana (PT-AC) disse que a principal missão do grupo foi reforçar o compromisso do Parlamento brasileiro com as conferências e suas resoluções.

Viana voltou a afirmar, em reunião da delegação brasileira, que a mudança do clima é “o tema mais importante hoje” na agenda do planeta.

— Os fatos se impuseram. Os desastres climáticos estão vindo. Por tudo que nós temos visto, a postura do Brasil diante desse tema deve mudar. As dificuldades se multiplicam. Teremos que viver esses tempos. Pode ser que eles nos deixem mais dedicados, mas [seremos] mais desafiados.

A COP-24 consolidou um texto provisório com as contribuições de todos os países participantes na quarta-feira.

As negociações continuam para transformar esse documento numa resolução final, tarefa que deve ser concluída nas últimas horas de hoje, quando o evento se encerra.

O principal foco desta edição da Conferência é finalizar o “livro de regras” do Acordo de Paris, com todas as orientações para a implementação das metas do tratado. A produção de efeitos das contribuições nacionais elaboradas pelos signatários começa em 2020.

Mitigação

O acordo tem como diretriz primária a limitação do aumento da temperatura global. A meta é conter o aquecimento a 1,5°C em comparação com o início da era industrial. O Brasil é um dos países que defende objetivos progressivamente mais ambiciosos para as contribuições nacionais e para a cooperação global como um todo.

No entanto, o horizonte das negociações também precisa lidar com o fato de que as mudanças climáticas já estão causando efeitos sobre o mundo. É disso que tratam as discussões sobre “adaptação”, ou seja, as medidas necessárias para que as sociedades e as economias do planeta resistam aos impactos do aquecimento que já está consolidado.

Para Viana, encarar o aquecimento global com realismo e sobriedade é uma questão, até mesmo, de sobrevivência econômica.

— Cada dólar que gastamos na prevenção são sete dólares que deixam de ser gastos na reconstrução — afirmou.

Randolfe critica reajuste da tarifa de energia elétrica no Amapá

O reajuste de 5% feito pela Companhia de Eletricidade do Amapá na conta de luz foi considerado inaceitável por Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O senador disse que o aumento é absurdo, principalmente levando-se em conta o fato de o estado exportar energia elétrica para todo o país. Ele informou que vai protocolar uma ação popular contrária à autorização do reajuste.

Randolfe disse que apresentou dois projetos sobre o tema. Um deles determina que estados exportadores de energia não incorrerão na bandeira tarifária vermelha (PLS 390/2018).

O outro isenta consumidores residenciais com consumo inferior a 70 quilowatts por mês e incluso em programas sociais do pagamento da tarifa de energia (PLS 469/2018).



Genildo Magalhães/Agência Senado

Lasier pede solução para impasse na importação de camarões do Equador

Lasier Martins (PSD-RS) pediu a retomada da importação de camarões vindos do Equador, visando reduzir o impacto financeiro causado pela barreira de importação e restabelecer a boa relação diplomática e econômica com o país sul-americano. Segundo o senador, produtores de camarão do Maranhão entraram na Justiça alegando que o marisco equatoriano deve ser objeto de uma análise de risco para ser importado e um despacho da então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, proibiu a importação de camarões do Equador sem a análise. Lasier informou que o país vizinho, como forma de retaliação, suspendeu a importação de calçados do Brasil, gerando prejuízo de cerca de US\$ 20 milhões ao Rio Grande do Sul.



Marcos Oliveira/Agência Senado

O futuro que queremos para o país é a antítese do AI-5, diz Simone Tebet

Simone Tebet (MDB-MS) lembrou ontem os 50 anos da edição do Ato Institucional 5 (AI-5), baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva. A senadora destacou a importância das vias democráticas vigentes no país hoje.

O AI-5 vigorou até dezembro de 1978, sendo considerado o momento mais duro do regime militar, que teve início em 1964. O AI-5 suspendeu direitos políticos e deixou ainda mais tensa a relação entre governo e população.

— É preciso lembrar para que fique claro que hoje vivemos um novo tempo, vivemos a antítese daquele dia. Constituição cidadã, pleno exercício da democracia, liberdade de ir e vir e de expressão, isso é o presente e é o que queremos para o futuro do país.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Vanessa questiona substituição de médicos cubanos em programa

Reportagens de jornais apontam que 97% das vagas abertas para a seleção de médicos brasileiros que substituirão os cubanos no programa Mais Médicos foram preenchidas, mas isso é uma inverdade, pois o recrutamento ainda está ocorrendo, afirmou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). De acordo com a senadora, municípios afastados e comunidades indígenas e quilombolas atraíram poucos candidatos.

— No Amazonas, para as mais de 320 vagas deixadas pelos cubanos, só se inscreveram 228 interessados e apenas 22 se apresentaram até o momento. Dos sete distritos sanitários indígenas do estado, apenas o maior, o de Manaus, teve um interessado.

Vanessa destacou que muitos médicos que se apresentaram saíram do próprio SUS, deixando de atender nas equipes de Saúde da Família.

Debate pede cumprimento da Lei Maria da Penha

Protagonistas da elaboração de lei para proteger as mulheres se reuniram no Senado e disseram que, antes de aperfeiçoar a norma, é preciso garantir sua efetividade

DOZE ANOS E quatro meses após a sanção da Lei 12.340, de 2006, um seminário reuniu as protagonistas históricas da elaboração da Lei Maria da Penha. A iniciativa da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, da Procuradoria da Mulher da Câmara e da Secretaria da Mulher encerrou a programação que as duas Casas do Congresso prepararam para os 16 dias de Ativismo Pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Em mesa mediada pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora especial da Mulher, a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que foi relatora da lei, lembrou o processo de elaboração da norma.

— A Lei Maria da Penha não foi feita em gabinete, mas a partir de viagens por todo o Brasil, porque não queríamos fazer uma lei que refletisse apenas

um contexto cultural, particular de agressão contra a mulher, queríamos saber como isso acontecia em todo o Brasil — afirmou a deputada.

Jandira exortou o público a conhecer integralmente o que diz a lei.

— Precisamos fazer que a lei se cumpra. Podemos avançar para além dela, mas primeiro é preciso cumpri-la — disse.

A deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), que presidiu a CPI Mista da Violência contra as Mulheres em 2013, disse que a comissão surgiu de uma angústia diante dos limites que o Estado mostrava para implementar a Lei Maria da Penha.

— Nosso relatório final teve mais de mil páginas, com recomendações específicas nascidas de visitas a seis estados, e foi dessa CPMI que nasceram recomendações que levaram à criação da Lei do Femicídio, em 2015, e do Observa-



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Silvia Pimentel fala na audiência ao lado de Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Jô Moraes

tório da Mulher contra a Violência, em 2016.

Base

Integrante do Consórcio de ONGs Feministas pela Lei Maria da Penha, a advogada Silvia Pimentel destacou a importância de dispositivos da Constituição de 1988.

— Foi uma briga muito grande para a gente inserir a ideia de que homens e mulheres são iguais em direitos e deveres. Muita gente achava que bastava falar em homens, para abranger também as mulheres. A grande base para a elaboração da Lei Maria da Penha

veio do parágrafo 8º, que condena a violência no âmbito das relações familiares, e do dispositivo que obriga o Brasil a reconhecer decisões de cortes internacionais.

Deputada constituinte em 1988, a senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) afirmou que o Congresso era palco de todas as demandas da sociedade.

— As 26 mulheres que foram eleitas para a Assembleia Constituinte tinham posições distintas e divergentes. A imprensa logo nos apelidou de lobby do batom e saiu a procura de uma musa. Mas tínhamos aliados

entre os homens também. Mais experientes, os deputados Roberto Freire e José Genoíno nos ajudaram a transformar em leis muitas demandas apresentadas pela sociedade na Carta da Mulher Brasileira.

Defensoria

A defensora pública Dulcielly Nóbrega de Almeida observou que ainda há muito a se implementar da legislação.

— Como vamos falar em alterar o que ainda não se implementou?

A partir de um estudo que realizou em 475 acórdãos em tribunais

superiores, a professora e advogada Rubia Abs Cruz, do Consórcio de ONGs, identificou a dificuldade de acessar as varas de violência e os serviços de atendimento do Estado sem um boletim de ocorrência policial (BO), entre outros problemas.

A procuradora Ela Wiecko disse que o artigo 14 da Lei Maria da Penha prevê a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, como órgãos da Justiça com competência cível e criminal, mas que até hoje eles só foram efetivados no Mato Grosso.

Para a delegada de Atendimento à Mulher Kíria Orlandi, de Diamantina (MG), as delegacias deveriam ter a prerrogativa de emitir medidas protetivas. Ela divulgou o Sistema Penha, um banco de dados com acesso exclusivo, criado em parceria com uma universidade, para possibilitar à polícia consultar medidas protetivas deferidas ou revogadas pelo Judiciário.

ELEIÇÕES 2018

Rogério Carvalho (PT-SE)



Viola Jr./Câmara dos Deputados

Ex-deputado federal pretende explorar a camada pré-sal

Rogério Carvalho promete focar no desenvolvimento

A geração de emprego e o desenvolvimento econômico serão algumas das prioridades do senador Rogério Carvalho, o segundo mais votado para o cargo em Sergipe. Ele tem 50 anos, é médico e foi secretário de Saúde de Sergipe. Em 2006, elegeu-se deputado estadual e, de 2011 a 2014, foi deputado federal. O se-

nador eleito pretende defender a exploração do pré-sal como alternativa para o desenvolvimento econômico do estado.

— A exploração do pré-sal em Sergipe pode gerar empregos. Com a exploração, será possível ampliar a rede de gasoduto para as regiões do estado que não têm acesso ao gás natural.

Zequinha Marinho (PSC-PA)



Lucio Bannardo/IR/CD

Atual vice-governador diz que Pará perde com Lei Kandir

Zequinha Marinho quer compensar perdas do Pará

Estreante no Senado, o pedagogo Zequinha Marinho, atual vice-governador do Pará, afirma que uma das prioridades de seu mandato vai ser lutar por um novo sistema de compensação aos estados pela perdas decorrentes da desoneração do ICMS nas exportações prevista na Lei Kandir.

— O Pará perde mui-

to porque a Lei Kandir, que desonera a exportação, principalmente do minério, até hoje nunca foi regulamentada. Ao longo dos anos temos perdido mais de R\$ 40 bilhões. Lamentavelmente, a União não é obrigada a fazer o repasse em sua integralidade, somente o faz conforme sua a conveniência. Isso tem sido desastroso.

Regina Sousa exalta Declaração dos Direitos Humanos, que fez 70 anos

Na semana em que se comemoram os 70 anos de assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a senadora Regina Sousa (PT-PI) lamentou que poucas pessoas conhecem o teor do documento que, na opinião dela, seria o melhor programa de qualquer governo.

Para ela, as pessoas devem se perguntar se realmente se importam com o trabalho escravo, com o assassinato de

defensores de direitos humanos, com a população que vive nas ruas, com o estupro de meninas e meninos, com o feminicídio, com a população LGBT e com os sem-terra e os sem-teto, estes últimos sempre taxados de “vagabundos”.

— Quem se importa com os povos indígenas ainda, se a Funai vai para o Ministério da Família, o “Ministério da Doutrinação”, como eu estou chamando?

Valadares lamenta aumento da desigualdade social no Brasil

Para Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), não se pode falar em nação soberana enquanto a maioria do povo brasileiro estiver numa “vergonhosa situação de exclusão”. O senador disse que o Brasil vive uma tragédia com o crescimento da desigualdade social, uma discrepância inadmissível.

— O modelo deve ser estruturado confor-



Marcos Oliveira/Agência Senado

me o princípio da capacidade contributiva. O atual modelo perpetua a concentração de renda. O povo

está farto de arcar com uma elevada carga tributária, sem a contrapartida em serviços de qualidade. Está farto de trabalhar quatro meses para pagar impostos, sabendo que os mais ricos contribuem muito pouco.